



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da 3ª Plenária do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia

Plenária Ordinária

11 de março de 2023

1 Ao décimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e três, às nove horas e três minutos, iniciou-se o segundo dia da Terceira Plenária Ordinária, re-
2 Décimo Nono Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participaram de forma presencial: Alessandra Santos de Almeida, Carla Isadora Barbosa Canto, Céli
3 Paranhos Guedes, Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Ivani Francisco de Oliveira, Izabel Augusta Hazin Pires, Jefferson de Souza Bernardes, Juliana d
4 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina de Pol Poniwas, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Nita Tuxá, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Raquel S
5 Chateaubriand Domingues, Rodrigo Acioli Moura e Rosana Mendes Éleres de Figueiredo. Participaram de forma virtual: Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
6 Moraes Peixoto, Fabiane Rodrigues Fonseca. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho inicia a reunião saudando as participantes¹, e justificando as ausências. Passou
7 pauta. **Ponto 7. INFORMES DA DIRETORIA.** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho comentou que serão repassados os informes da Diretoria em todas as plenária
8 explícitas todas as ações realizadas no interstício entre as reuniões. Assim sendo, procedeu aos informes. Comentou que fizeram reunião em Blumenau, Si
9 gestor da BRC. Nesta reunião deliberou-se que a gerente de atendimento participará da Reunião de Presidentes, Secretárias e Tesoureiras. Outros informes:
10 foram realizadas reuniões com parlamentares de diferentes partidos, o objetivo foi apresentar a agenda legislativa do CFP composta dos projetos impor
11 Parceria com o CNJ: Renovação da parceria com o CNJ através do projeto de enfrentamento da violência contra mulheres. 3- Foram relatadas as di
12 negociações para a cessão do uso das tecnologias do Sistema Conselhos por parte do CNS. 4- Informou-se acerca do uso do espaço do CFP para reunião exte
13 e *Fake news*". 5- Publicação da Nota Técnica sobre Constelação Familiar. 6- Proposta de Encontro de Presidentes, Secretários e Tesoureiros do Sistema Con
14 quatro) e 25 (vinte e cinco) de março de 2023 (dois mil e vinte e três). 7- Estrutura do Planejamento Estratégico, nos dias 17 (dezessete), 18 (dezoito) e 1
15 Organização das mesas da ULAPSI. 9- Início das atividades para realização do Concurso Público do CFP. Publicação de Portaria com a constituição da C
16 Atualização sobre as próximas etapas do Projeto QVT. 11- Processo de readequação do quadro funcional. 12- Ações diretas com alguns Conselhos
17 reuniões. 13- Representações: ANS, Fórum de Desigualdade Social, Conselhão, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Izabel Augusta Hazin Pires apre
18 agenda legislativa, ressaltando a sua importância e informando que na versão final será incorporado texto de apresentação do Sistema Conselhos, fala de
19 logos de todos os Conselhos Regionais. Destacou que existem duas grandes proposições para o trabalho legislativo, a primeira objetiva avançar na revisão da
20 segunda prevê a incidência para a proposição de um PL que regularmente a psicoterapia. Disse também que há a necessidade de assinatura dos seni
21 desquivamento do PL das 30 horas, solicitando que as conselheiras façam articulação com os parlamentares nos seus estados. Alessandra Santos de Almei
22 com a incidência no espaço político, pois anteriormente a este espaço não era dada muita visibilidade. Adicionalmente, destaca que é necessária form
23 incidência no espaço político. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho ressaltou que será realizada formação na reunião de Presidentes, Secretárias e Tesourei
24 pensar em formações para o Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Pediu que sempre que a Diretoria for a algum estado, que as conselheiras indiqu
25 discutidos. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro ponderou que existem PLs que precisam ser priorizados. Antônio Virgílio Bittencourt Bastos comen
26 perguntou como está o andamento desta revisão. Izabel Augusta Hazin Pires respondeu que está na fase de análise pelas gerências e que está agenda
27 Diretoria para alinhamento do texto. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho falou sobre o PL que incide sobre a regulamentação da psicoterapia, pois trata-se de te
28 atenção especial do conselheiro Rodrigo Acioli Moura, responsável no âmbito do CFP pela pauta. **Encaminhamentos:** A) As Conselheiras poderão indica
29 aqueles projetos de lei que consideram prioritários, seja para dar andamento ou solicitar arquivamento. B) Elaborar oficina para formação e qualificaçã
30 quanto às formas de melhorar a incidência nos espaços políticos. C) As Conselheiras devem indicar pautas que poderão ser tratadas nas reuniões agen
31 Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia. D) Deve-se fazer análise urgente em relação ao Projeto de Lei que propõe a regul
32 **Ponto 8: INFORME - PL 3383/2021 - INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDADES ESCOLARES (Processo Sei nº 571**
33 Izabel Augusta Hazin Pires comentou que o PL 3383/2021, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, de autoria de
34 (CID/SE) foi aprovado no Senado Federal e enviado à Câmara dos Deputados. O projeto constitui estratégia para a integração e articulação das áreas:
35 desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e atenção psicossocial no âmbito das escolas e tem como primeiro objetivo a promoção da saúde men
36 Alunos, professores, funcionários, pais e responsáveis. Projetos apensados: PL 1215/2022 - Dispõe sobre a Estratégia para Saúde Mental nas Escolas (ESM
37 Programa Nacional de Promoção à Saúde Mental nas Escolas – PRONASAME. A conselheira informa que a relatora do PL 3383/2021 é a Deputada Tabata
38 atualmente o projeto aguarda parecer da Comissão de Educação (CE) da Câmara dos Deputados. Referiu que a Coordenação da Lei 13.935/2019 suger
39 relatora, com o objetivo de apresentar argumento contrário à proposição em tela, uma vez que que já existe lei que institui a presença da psicologia e do s
40 Educação Básica, e o PL, na forma como apresentado, concorre com lei já em vigor. Ponderou acerca da necessidade de construir parecer que subsidie a aud
41 PL. Raquel Souza Lobo Guzzo se manifestou contrária ao PL, historicizou e defendeu que este deva ser retirado de pauta, caso não seja possível a retirada
42 sejam elencados para que ele não alavanque. Listou os seguintes argumentos: O PL ignora a Lei 13.935/2019; Despreza a intersetorialidade; Propõe con
43 mental; Utiliza termos diagnósticos equivocados; Possibilita diagnósticos de doenças mentais que são discriminatórios e centrados na pessoa, desprezando
44 qual o sujeito está inserido. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo pensa que o plenário do Conselho Federal de Psicologia deve se posicionar contrariar
45 pensar estratégias, como a interlocução com a categoria e o diálogo dentro do Sistema Conselhos. Pensa que esta articulação pode ser feita em conjun
46 recorrendo-se às estratégias e aos espaços utilizados para a aprovação da Lei, e que continuam ativos na busca por sua implementação nos estados e
47 Fonseca Barbosa Roseiro sugeriu a realização de consulta aos Conselhos Regionais sobre o andamento dos PL's estaduais, municipais e distrital sobre a te
48 estão ocorrendo audiências públicas sobre a implantação da Lei 13.935/2019. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo comentou que integra a Comissão de Psic
49 necessidade de fortalecer a formação das psicólogas escolares. Alessandra Santos de Almeida argumentou que deveriam ser realizadas, no âmbito de
50 seminários ou série de ações sobre a Psicologia na educação. Marina de Pol Poniwas comentou que incidências poderiam ser feitas nas Conferência
51 Municipais do Conanda, bem como articulações junto aos Conselhos Regionais de Psicologia e Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais do Conanda.
52 ponderou que a articulação deve ser feita com cuidado, sugerindo que se faça incidência para que possamos contribuir com a construção do texto do PL.
53 efetivar, no âmbito do Conselho Federal de Psicologia, o observatório sobre a implementação da Lei 13.935/2019, dispositivo já aprovado pela gestão a
54 Bernardes reforçou que é preciso resgatar o histórico da aprovação da Lei, assim como suas principais propostas, como forma de embasar a conversa c
55 Gastalho de Bicalho pensa que está na hora de o Conselho Federal de Psicologia propor pontos a serem discutidos na APAF e propõe que este tema seja po
56 da Reunião de Presidentes. Sugeriu também que Raquel Souza Lobo Guzzo e Rosana Mendes Éleres de Figueiredo devem estar presentes na discussão, c
57 plano de ação junto aos Conselhos Regionais de Psicologia. Raquel Souza Lobo Guzzo refletiu que é preciso enfatizar a importância da Lei 13.935/20
58 significativa por parte da própria psicologia, fazendo-se essencial difundir as propostas de atuação e práticas no âmbito escolar e educacional. Salientou
59 desenvolvimento e aprendizagem e que a psicologia integra a educação. Evandro Moraes Peixoto se dispôs a colaborar na discussão da avaliação psicológic
60 Gastalho de Bicalho entendeu, pelas discussões, que o Plenário é contrário ao PL em tela. **Encaminhamento:** A) O CFP deve se posicionar de forma cont
61 impossibilidade de retirá-lo de pauta, deve-se pensar na modificação do texto. B) Raquel Guzzo propôs os seguintes argumentos para compor o parecer de s
62 a relatora: O PL ignora a Lei 13.935/2019; Despreza a intersetorialidade; Propõe conceito controverso de saúde mental; Utiliza termos diagnósticos equivo
63 diagnósticos de doenças mentais que são discriminatórios e centrados na pessoa, desprezando o contexto sociocultural no qual o sujeito está inserid
64 comunicação direta com a categoria sobre o PL e sobre a atuação das psicólogas escolares. D) Fazer consulta aos Conselhos Regionais com o intuito de i
65 sendo acompanhados, a nível estadual e municipal, sobre o tema (patologização, medicalização). E) Verificar se estão ocorrendo audiências públicas
66

67 13.935/2019. F) Pautar este ponto para a reunião de Presidentes de março. Raquel Guzzo e Rosana Mendes Éleres de Figueiredo devem participar da di-
68 construir plano de ação junto aos regionais. **Ponto 9: INDICAÇÃO DE RELATORIA - 29 E 30 DE JUNHO DE 2023 (Processo Sei nº 576600028.000025/2023-71**
69 de Figueiredo referiu que, conforme encaminhamentos da 2ª (segunda) plenária, serão julgados 12 (doze) processos éticos por plenária de julgamento. Assi-
70 que serão julgados nos dias 29 (vinte e nove) e 30 (trinta) de junho, na modalidade híbrida. Pautar para aprovação da plenária os julgamentos de junho e ind-
71 e nove) de junho de 2023 (dois mil e vinte e três), quinta-feira, com início às 9h (nove horas), serão julgados os seguintes processos disciplinares: 1. PD nº 5
72 oriundo do CRP-10/PA/AP; 2. PD nº 570100041.000074/2021-28, oriundo do CRP-01/DF; 3. PD nº 576600020.001015/2022-41, oriundo c
73 576600020.001047/2022-47, oriundo do CRP-06/SP; 5. PD nº 576600020.001115/2022-78, oriundo do CRP-06/SP; 6. PD nº 576600020.000411/2022-51, or
74 30 (trinta) de junho de 2023 (dois mil e vinte e três), sexta-feira, com início às 9h (nove horas), serão julgados os seguintes processos disciplinares: 1. PD nº
75 77, oriundo do CRP-08/PR; 2. PD nº 576600020.000136/2022-76, oriundo do CRP-10/PA/AP; 3. PD nº 570400097.000057/2021-89, oriundo c
76 570100041.000075/2021-72, oriundo do CRP-01/DF; 5. PD nº 576600020.001065/2022-29, oriundo do CRP-11/CE; 6. PD nº 576600020.001106/2
77 03/BA. Clarissa Paranhos Guedes informa que, por questões particulares, não poderá ser relatora no mês de junho, mas que pode ser relatora de 2 (dois)
78 mês de julho. De forma similar, Fabiane Rodrigues declara-se indisponível para julgamentos no mês de junho devido a compromissos assumidos no seu trab
79 Foi aprovada a realização das plenárias de julgamento dos processos disciplinares nos dias 29 (vinte e nove) e 30 (trinta) de junho de 2023 (dois mil e vinte e
80 como relatores: Sessão do dia 29 (vinte e nove) de junho de 2023 (dois mil e vinte e três), quinta-feira, com início às 9h (nove horas), os seguintes proce
81 576600020.000771/2022-53, oriundo do CRP-10/PA/AP: Nita Tuxá; 2- PD nº 570100041.000074/2021-28, oriundo do CRP-01/DF: Marina de Pol Poniwas (j
82 576600020.001015/2022-41, oriundo do CRP-06/SP: Rodrigo Acioli Moura (período da tarde); 4- PD nº 576600020.001047/2022-47, oriundo do CRP-06/S
83 (primeiro processo do período da tarde); 5- PD nº 576600020.001115/2022-78, oriundo do CRP-06/SP: Neuza Maria de Fátima Guareschi; 6- PD nº 5;
84 oriundo do CRP-19/SE: Roberto Chateaubriand Domingues (período da tarde). Sessão do dia 30 (trinta) de junho de 2023 (dois mil e vinte e três), sexta-fé
85 horas), os seguintes processos disciplinares: 1- PD nº 570800236.000022/2022-77, oriundo do CRP-08/PR: Carla Isadora Barbosa Canto; 2- PD nº 576600020
86 do CRP-10/PA/AP: Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro (período da tarde); 3- PD nº 570400097.000057/2021-89, oriundo do CRP-04/MG: Alessandra S
87 570100041.000075/2021-72, oriundo do CRP-01/DF : Marina de Pol Poniwas; 5- PD nº 576600020.001065/2022-29, oriundo do CRP-11/CE: Rodrigo Acioli P
88 6- PD nº 576600020.001106/2022-87, oriundo do CRP-03/BA: Juliana de Barros Guimarães. C) Incluir o nome completo da conselheira Edilaine Santos \n
89 processos, e não somente Nita Tuxá. **Ponto 10: AUTORIZAÇÃO DE SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSO DISCIPLINAR (Processo Sei nº 576600028**
90 Henrique Pereira de Figueiredo anunciou que, em função da anulação do julgamento de recurso do Processo Disciplinar nº 576600020.001711/2021-77, fa
91 para a realização de sessão extraordinária de julgamento do recurso do PDE nº 576600020.001711/2021-77, oriundo do CRP-16/ES, no dia 23 (vinte e três)
92 e vinte e três), às 9h (nove horas), na modalidade on-line, em nome da conselheira relatora Alessandra Santos de Almeida. A sessão será presidida por Iv
93 conselheira Fabiane Rodrigues Fonseca participará deste julgamento de Processo Disciplinar. Nita Tuxá falou que nos documentos referentes aos Processos I
94 seu nome de batismo, Edilaine Santos Vieira. **Encaminhamento:** A) O Plenário autorizou a realização da sessão extraordinária do julgamento
95 576600020.001711/2021-77, no dia 23 (vinte e três) de março, às 09 (nove) horas. B) As Conselheiras que participarão do julgamento são: Ivani Francis
96 Alessandra Santos de Almeida (relatora), Izabel Augusta Hazin Pires, Marina de Pol Poniwas, Clarissa Paranhos Guedes, Carolina Saraiva, Gabriel Henri
97 Fabiane Rodrigues Fonseca e Juliana de Barros Guimarães. **Ponto 11. TROCA DE RELATORIA (Processo Sei nº 576600028.000023/2023-81).** Gabriel Henr
98 informa que, conforme encaminhamentos da 2ª (segunda) Plenária Ordinária do XIX Plenário do CFP, foram pautados os relatores dos processos referentes
99 (dois mil e vinte e três). Dessa forma, é preciso transferir a relatoria do Processo Disciplinar Ético CFP nº. 576600020.001909/2021-51, oriundo do CRP-06/S
100 para a conselheira Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro. A troca de relatoria foi aprovada. **Encaminhamento:** A Plenária referendou a transferência
101 Disciplinar Ético CFP nº. 576600020.001909/2021-51, oriundo do CRP-06/SP da Conselheira Nita Tuxá para a Conselheira Maria Carolina Fonseca B
102 **AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS (Processo Sei nº 576600003.000042/2023-96).** Evandro Morais Peixoto informa que o objetivo desse ponto é apres
103 testes psicológicos avaliados por pareceristas *ad hoc* e pela CCAP (Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica): a) Inventário de Cinco Fatores NEO Re
104 Curta) - Atualização de Normas, cujo parecer da CCAP foi: "A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, verificando que o instrumento Inventário de C
105 NEO FFI-R (Versão Curta) - Atualização de Normas atende aos critérios mínimos, constantes na Resolução CFP nº 09/2018, considera o mesmo favo
106 profissional"; b) Instrumento de Rastreo de Sintoma de Ansiedade Gestacional, cujo parecer da CCAP foi: "A Comissão Consultiva em Avaliação Psic
107 Instrumento de Rastreo de Sintoma de Ansiedade Gestacional não atende aos critérios mínimos constantes na Resolução CFP nº 09/2018, considera o mesm
108 prática profissional". c) Inventário de Personalidade NEO Revisado - NEO PI-R - Atualização de Normas, cujo parecer da CCAP foi: "A Comissão Consultiv
109 verificando que o instrumento Inventário de Personalidade NEO Revisado - NEO PI-R - Atualização de Normas atende aos critérios mínimos constantes na
110 considera o mesmo favorável para uso na prática profissional"; d) Teste Conciso de Raciocínio - Atualização de Normas, cujo parecer da CCAP foi: "A Comiss
111 Psicológica, verificando que o Teste Conciso de Raciocínio - Atualização de Normas não atende aos critérios mínimos constantes na Resolução CFP nº 09
112 desfavorável para uso na prática profissional". e) Teste não verbal de inteligência (R-1), cujo parecer da CCAP foi: "A Comissão Consultiva em Avaliação Psi
113 instrumento Teste não verbal de inteligência (R-1) atende aos critérios mínimos constantes na Resolução CFP nº 09/2018, considera o mesmo favo
114 profissional". **Encaminhamentos:** Os pareceres oferecidos pela CCAP e pelos pareceristas *ad hoc* aos cinco testes foram aprovados pelo plenário. **Ponto 13.**
115 **XIX PLENÁRIO DO CFP (Processo Sei nº 576600004.000028/2023-82).** Izabel Augusta Hazin Pires comenta que o objetivo desse ponto é a apreciação das ata
116 Ela pergunta se o plenário tem alguma observação e se elas estão aprovadas. **Encaminhamentos:** Atas da 1ª (primeira) Plenária foram aprovadas por unanii
117 **2ª PLENÁRIA DO XIX PLENÁRIO DO CFP (Processo Sei nº 576600004.000066/2023-35).** Izabel Augusta Hazin Pires comenta que o objetivo desse ponto é :
118 (segunda) Plenária. Ela pergunta se o plenário tem alguma observação e se elas estão aprovadas. **Encaminhamentos:** Atas da 2ª (segunda) Pler
119 unanimidade. **Ponto 15. DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO (Processo Sei nº 576600020.002370/202**
120 Pires destaca que o objetivo desse ponto é designar relatora para o processo administrativo 576600020.002370/2022-38 oriundo do CRP 03, referente a
121 título de especialista em Psicologia Jurídica. **Encaminhamentos:** Foi designada a conselheira Marina de Pol Poniwas como relatora deste processo. **P**
122 **RELATOR(A) PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO (Processo Sei nº 576600020.000155/2023-83).** Izabel Augusta Hazin Pires informa
123 é designar relatora para o processo administrativo 576600020.000155/2023-83 oriundo do CRP 06, referente a recurso para concessão de título de especial
124 **Encaminhamentos:** Foi designada a conselheira Clarissa Paranhos Guedes como relatora deste processo. **Ponto 17. DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA PR**
125 **EM GRAU DE RECURSO (Processo Sei nº 576600020.000268/2023-89).** Izabel Augusta Hazin Pires informa que o objetivo desse ponto é designar
126 administrativo 576600020.000268/2023-89 oriundo do CRP 06, referente a recurso para concessão de título de especialista em Psicologia do Trânsito
127 designada a conselheira Juliana de Barros Guimarães como relatora deste processo. **Ponto 17. APRECIÇÃO DE NOVO REGIMENTO INTERNO**
128 **576600020.001239/2022-53).** Célia Mazza de Souza narrou que o Conselho Federal de Psicologia recebeu no dia 13 (treze) de julho de 2022 (dois mil e vinte
129 Regimento Interno do CRP 06. No dia 26 (vinte e seis) de agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois) o Conselho Federal de Psicologia oficiou o Conselho Region
130 diversos documentos necessários para a análise da sua Minuta de Regimento Interno. No dia 31 (trinta e um) de agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois) o C
131 os documentos solicitados. No dia 09 (nove) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois) o CFP enviou os pareceres das áreas para a avaliação. No dia 17 (1
132 2022 (dois mil e vinte e dois), o parecer da Conselheira Relatora, à época Conselheira Marisa Helena Alves, passou pela 65ª Reunião Plenária Extraordinária,
133 2.1. O Plenário, de forma unânime, referendou o parecer da relatora, aprovando o envio da Minuta de regimento interno de volta ao CRP 06 para que o Re
134 correções. No dia 20 (vinte) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), o Conselho Federal de Psicologia oficiou o Conselho Regional, comunicando
135 (sexagésima quinta) Reunião Plenária Extraordinária, o qual, conforme parecer da relatora, encaminhava a Minuta de Regimento Interno para impl
136 apontadas, com posterior devolução ao Conselho Federal para nova análise. Em resposta ao parecer da relatora, no dia 27 (vinte e sete) de setembro de 202
137 CRP 06 enviou, por e-mail, nova Minuta ao Conselho Federal. No dia 28 (vinte e oito) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), o Conselho Federal env
138 técnicas para avaliação. Nos dias 21 (vinte e um) e 22 (vinte e dois) de outubro de 2022 (dois mil e vinte e dois) o parecer da Conselheira Relatora, à época Iv
139 pela 67ª (sexagésima sétima) Reunião Plenária Ordinária, cujo encaminhamento foi: 11.1. Parecer da relatora aprovado, por unanimidade.11.2. O pare
140 Regional para que este efetuassem alteração e posteriormente enviasse a nova Minuta para a apreciação do Conselho Federal. No dia 03 (três) de novembro
141 dois), o Conselho Federal oficiou o Conselho Regional, comunicando o encaminhamento da 67ª (sexagésima sétima) Reunião Plenária Ordinária. Em resposta:
142 dia 10 (dez) de novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), o CRP 06 enviou e-mail ao CFP no qual anexou nova proposta de Minuta de Regimento Intern
143 novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois) o CFP enviou a nova Minuta às áreas técnicas para a avaliação. Devido às demandas assumidas por todos os se
144 não foi possível a finalização da análise antes do final da gestão do XVIII Plenário. Assim, nos dias 20 (vinte) e 21 (vinte e um) de janeiro de 2023 (dois m
145 1ª(primeira) Reunião Plenária Ordinária do XIX Plenário, foi designada nova conselheira relatora, Célia Mazza de Souza, para avaliação dessa nova Minuta de
146 06. Destaca-se a competência do Conselho Federal de Psicologia para análise e aprovação dos regimentos internos dos Conselhos Regionais, conforme dispo
147 Lei nº 5.766, de 1971, a saber: Art. 6º São atribuições do Conselho Federal: a) elaborar seu regimento e aprovar os regimentos organizados pelos Conselho
148 apresentou nenhuma dúvida. Passou-se ao regime de votação. Em votação, o plenário aprovou, por unanimidade, o Regimento Interno do CRP 06. **Enc**

149 aprovou, por unanimidade, o parecer dado pela relatora, aprovando o novo Regimento Interno do CRP SP. **Ponto 18. APRECIÇÃO DAS ALTERAÇÕES II**
150 **TÉCNICA SOBRE DEMANDAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA A PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS QUE ATUAM EM SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO**
151 **ÚNICO DE SAÚDE - SUS. (Processo Sei nº 576600003.000449/2018-56).** Marina de Pol Poniwas comunicou que a Minuta de Nota Técnica sobre as Deman
152 psicólogas(os) que atuam em serviços do SUAS e do SUS foi aprovada por unanimidade na APAF realizada nos dias 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) de dezembro
153 e dois). Na oportunidade da Assembleia, foi informado que o documento sofrerá alguns ajustes de texto e de organização, de modo a atender aos ap
154 Assessoria Jurídica do Conselho Federal de Psicologia. A versão com ajustes foi previamente apreciada durante a 4ª (quarta) Reunião de Diretoria do XIX Pl
155 de Psicologia, realizada no dia 02 (dois) de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três). A partir da apreciação do documento pela Diretoria, foram solicitada
156 implementadas. Marina Poniwas comentou que o texto da Nota Técnica está sendo novamente apresentado, uma vez que houve reorganização de seu texto
157 Henrique Pereira de Figueiredo sugeriu, após a aprovação e publicação da Nota Técnica, que esta seja disponibilizada nos espaços de controle social do Co
158 CNS e Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Encaminhamento:** A) O Plenário aprovou as alterações implementadas na Minuta de Nota Técn
159 Sistema de Justiça a psicólogas(os) que atuam em serviços do SUAS e do SUS. B) Disponibilizar a Nota nos espaços de controle social. **Ponto 19. RESOLUÇÃO ·**
160 **SEÇÕES DE BASE ESTADUAL (Processo Sei nº 576600002.000031/2022-35).** Célia Mazza de Souza informou que a APAF de dezembro de 2018 (dois mil e de
161 de avaliação levada pelos tesoureiros e referendou a criação de Grupo de Trabalho específico com o objetivo de avaliar os problemas enfrentados com
162 soluções de modernização para a sua operacionalização e enfrentamento das demais intercorrências do Fundo. Na última APAF, realizada em dezembro
163 (dois), o Grupo de Trabalho apresentou os estudos realizados, e como resultado, a Assembleia aprovou Minuta de Resolução regulamentando o Programa c
164 Estadual. A conselheira, então, procedeu à leitura da Minuta de Resolução. Rodrigo Acioli Moura questionou, no artigo 3º, sobre a estrutura mínima para o
165 se os quatro profissionais precisam ser concursados ou não. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro perguntou se há algum dispositivo nesta Minuta de F
166 das seções, sobre o desmembramento destas dos respectivos regionais aos quais se vinculam. Célia Mazza de Souza evidenciou os artigos que disciplina
167 ponderou que todos os quesitos devem ser analisados para a efetivação do processo de desmembramento. Carla Isadora Barbosa Canto perguntou com
168 receita do Conselho Regional de Psicologia que tem seção. José Eli Vasconcelos (GFIN) evidenciou a questão do repasse e que há o auxílio do Conselho Fed
169 ainda, que o próprio Conselho Regional de Psicologia deve arrecadar as suas anuidades. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo disse que esta é uma Re
170 Trabalho da APAF e que qualquer alteração no corpo da Minuta de Resolução deve ser apreciada em APAF. Não havendo mais dúvidas, passou-se ao regime
171 da Minuta de Resolução. Em regime de votação, a Resolução foi aprovada por unanimidade. A Plenária foi interrompida às 12:43 horas (doze horas e
172 retomada às 13:57 horas (treze horas e cinquenta e sete minutos). **Ponto 20. CFP ASSUME VICE-PRESIDÊNCIA DO CONANDA: INFORMES, DELIBERAÇÕES**
173 **CONANDA E AO FNDCA (Processo Sei nº 576600020.000057/2023-46).** Marina de Pol Poniwas comunicou que em 14 (atorze) de março de 2022 (dois mil e
174 como representante do Conselho Federal de Psicologia junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda / 2023-2024), em u
175 entre titulares e suplentes da sociedade civil. Em 15 (quinze) de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), representando o Conselho Federal de Psicologia, f
176 para exercer a vice-presidência do Conanda. Em 2022 (dois mil e vinte e dois) e 2023 (dois mil e vinte e três), vem ocorrendo o processo conferencial da 12
177 Direitos da Criança e do Adolescente. Esta obedece ao seguinte cronograma: Etapa municipal: maio a dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois). Etapa
178 dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois). Etapa estadual/distrital: janeiro a agosto de 2023 (dois mil e vinte e três). Etapa nacional: novembro de 2023 (do
179 (quatro) de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três), o Plenário do Conselho Federal deliberou pela sua permanência na Comissão de Políticas Públicas (CF
180 que seja realizado processo de acompanhamento e mobilização da categoria para participação e incidência nas conferências em suas etapas municipal, estac
181 18 (dezoito) de março de 2023 (dois mil e vinte e três), às 9h (nove horas), de forma virtual, ocorrerá a 23ª Assembleia Geral Ordinária do Fórum Nacional c
182 Adolescente (FNDCA), que congrega as entidades da sociedade civil que integram o Conanda e outras entidades aliadas. Nesta data, estará em discussão
183 Secretariado Nacional e, ao longo do tempo, o CFP tem sido indicado para integrá-lo. O FNDCA se apresenta como: "uma articulação nacional de entidades r
184 pelos direitos da criança e do adolescente, acima de distinções religiosas, raciais, ideológicas ou partidárias, aberta à cooperação com entidades governamer
185 nacionais e internacionais, para a consecução de seus objetivos". São objetivos do FNDCA: 3.1.1. Contribuir para o cumprimento cabal pela família pela s
186 dever constitucional de assegurar com absoluta prioridade os direitos das crianças e dos adolescentes consagrados na Carta Magna de 1988. 3.1.2.
187 transgressões que resultam na violação dos direitos constitucionais das crianças e dos adolescentes. 3.1.3. Contribuir para o resgate da integridade físic
188 vítimas de negligência, abuso, exploração, maus tratos, tráfico e extermínio. São Atribuições do Secretariado Nacional do FNDCA: 6.2 - O Secretariado Nac
189 Fórum DCA. 6.2.1 - Compete ao Secretariado cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral; representar o Fórum DCA sempre que necessár
190 relativos à coordenação das atividades programadas nas áreas-meio e nas áreas-fim. Marina Poniwas considera importante informar ao plenário do Consell
191 atual de sua atuação no campo da criança e do adolescente, dialogar e deliberar sobre estratégias a serem adotadas junto ao Conanda, no proces
192 FNDCA. Historizou como chegou na vice-presidência do Conanda. Disse que não tem como assumir o Secretariado Executivo do Fórum Nacional d
193 Adolescentes – FNDCA, então indica Ana Luiza de Souza Castro para representar o Conselho Federal de Psicologia no Fórum. Maria Carolina Fonseca E
194 poderíamos pleitear a indicação de Ana Luiza de Souza Castro e caso ela não possa, que Marina de Pol Poniwas possa ter autonomia para indicar um novo r
195 Plenário aprovou a indicação de Ana Luiza Castro para compor o Fórum Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Caso ela não tenha disponibilit
196 poderá indicar outra representante. **Ponto 21. APOIO DO CFP: ACAMPAMENTO TERRA LIVRE – ATL 2023 (ATUALIZAÇÃO) (Processo Sei nº 576600005.0**
197 informou que encaminhou e-mail ao Conselho Federal de Psicologia solicitando a participação e apoio ao evento Assembleia dos Povos e Organiza
198 Acampamento Terra Livre – ATL 2023, a ser realizado na data de 24 (vinte e quatro) a 28 (vinte e oito) de abril de 2023 (dois mil e vinte e três), horário a co
199 Distrito Federal. A solicitação de apoio se refere a itens para a "Tenda da Saúde" e apoio logístico: Estrutura da Tenda: - Tamanho da tenda: aproximadame
200 pessoas); - Toldos nas laterais (no caso de sol e/ou chuva) - sugestão de 2 (dois); - Divisórias (para privacidade de atendimentos) - sugestão de 4 (quatro);
201 Itens descartáveis: copos, pratos, talheres, saco de lixo, pano de limpeza, papel filme, papel toalha, entre outras; - Itens de higiene: papel higiênico, lenço
202 absorvente, sabonete líquido, detergente, esponjas; hidratante corporal, óleo corporal; entre outros; - Cadeiras/bancos, mesas de plástico; - Tapetes em
203 Publicações: - Exemplares da referência técnica de Psicologia e Povos Indígenas para compartilhar. Apoio logístico: Ajuda através da compra passagens e dié
204 psicólogas da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogas(os) - ABIPSI, para que possam contribuir com a Tenda da Saúde, saindo de diferentes localidade
205 reunião com a diretoria do Conselho Federal de Psicologia, durante os dias de realização da atividade, para assim construírem diálogo que aproxime o cole
206 Comentou que, como a solicitação envolve questões financeiras, é preciso pautar para a plenária. Disse ainda que poderia utilizar o momento para desenvol
207 movimento indígena. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho sugeriu que se faça uma política de acolhimento às psicólogas indígenas e sugeriu também que sej
208 psicólogas indígenas, nos moldes da plenária realizada com as psicólogas trans, um dia antes do Acampamento Terra Livre, com o objetivo de discutir as nec
209 elaborar carta de compromissos. Sugeriu, ainda, que a posse da Comissão de Direitos Humanos – CDH possa ocorrer no Acampamento Terra Livre. Célia I
210 importância do evento e ponderou que o Conselho Federal de Psicologia pode auxiliar em termos financeiros. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
211 produzir referências técnicas nos diversos âmbitos de atuação da psicologia e que estes eventos servem de subsídio para a elaboração das Referências
212 comentou que a data de realização do Acampamento Terra Livre é próxima à data da Plenária do Conselho Federal e sugeriu que o Plenário esteja present
213 Direitos Humanos no Acampamento. Sugere também que seja pautada em APAF a discussão sobre o acesso, acolhimento e participação de psicóloga
214 deficiência no Sistema Conselhos. Ivani Francisco de Oliveira informou que no dia 13 (treze) de maio acontecerá a Conferência Nacional Livre de Saúde de
215 importante possibilitar a participação das psicólogas negras na Conferência e organizar espaço no Conselho Federal de Psicologia para a discussão so
216 categoria. Destaca a importância de construção de ações afirmativas e conservatórias para a participação das pessoas negras nos espaços dos Conselhos. Ale
217 constatou que o Sistema precisa se imbuir de esforços para reconhecer a presença das psicólogas negras. Desenvolver uma política de acolhimento e prote
218 órgãos precisam implementar comitês de combate ao racismo institucional, destaca que no próprio Sistema Conselhos pode ser implementado o comit
219 sexismo, capacitismo, bem como deve-se propor na APAF a constituição de comitê de combate à violência institucional. **Encaminhamento:** A) O Plenário
220 Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil - Acampamento Terra Livre – ATL 2023, a ser realizado em Brasília, Distrito Federal, na data de 24 (v
221 de abril de 2023 (dois mil e vinte e três), com horário a confirmar. B) O apoio se dará da seguinte maneira: Fornecimento da estrutura da te
222 aproximadamente 5m x 5m (total para 25 pessoas); - Toldos nas laterais (no caso de sol e/ou chuva) - sugestão de 2 (dois); - Divisórias (para privacidade de a
223 4 (quatro); - Galões de água mineral; - Itens descartáveis: copos, pratos, talheres, saco de lixo, pano de limpeza, papel filme, papel toalha, entre outra
224 higiênico, lenço de papel, lenço umedecido, absorvente, sabonete líquido, detergente, esponjas; hidratante corporal, óleo corporal; entre outros; - Cadeiras
225 - Tapetes emborrachados (para deitar); Fornecimento de Publicações a serem distribuídos durante o evento: exemplares da referência técnica de Psicolo
226 compartilhar; Fornecimento de apoio logístico por meio da compra de passagens e diárias para 8 (oito) indígenas psicólogas da Articulação Brasileira de
227 ABIPSI saindo de diferentes localidades. C) Organizar, nas vésperas da Assembleia, encontro entre as indígenas psicólogas, com o objetivo de discutir as nec
228 elaborar carta de compromissos, nos moldes da realizada pelas psicólogas trans. D) A posse da nova Comissão de Direitos Humanos - CDH deverá aconte
229 Livre. O Plenário do CFP deverá ser convidado para a posse. E) Pautar para a APAF a discussão sobre o acesso, acolhimento e participação de psicólogas(os) i
230 deficiência no Sistema Conselhos. F) No dia 13 (treze) de maio acontecerá a Conferência Nacional Livre de Saúde da População Negra. O Conselho Federal de

231 a participação das psicólogas negras na Conferência. G) Deve-se organizar espaço, no CFP, para discussão sobre as necessidades da categoria. H) Estr
 232 conservatórias para participação das pessoas negras nos Conselhos. **Ponto 22. HOMOLOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO SOBRE LAICIDADE E PSICC**
 233 **57660003.000386/2022-14).** Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro dialogou que o Grupo de Trabalho Laicidade e Psicologia elaborou Minuta de Resc
 234 APAF de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), com solicitação de alterações. Dessa forma, apresenta ao plenário do Conselho Federal de Psicologia a N
 235 alterações para homologação e posterior publicação. Procedeu-se à leitura da Minuta de Resolução com os destaques indicados na APAF. Raquel Souza I
 236 preciso ter em mente que existem associações de psicólogas católicas e de outras religiões, fazendo-se necessário avaliar o impacto que esta Resolução ter
 237 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro destacou que a Minuta de Resolução foi pautada para a APAF sem as contribuições da formação atual do Grupo de Trabal
 238 Resolução dificultará o processo de fiscalização. Sugeriu a realização de reunião prévia com os Conselhos Regionais antes da publicação da Resolução. Jef
 239 perguntou se o mérito e a escrita da Minuta de Resolução podem ser alterados. Rafael Taniguchi (CGExec) disse que o mérito não pode ser alterado, soment
 240 pois já foi aprovada em APAF. Jefferson de Souza Bernardes sugeriu alterações no artigo 3º, inciso IX, de forma a acrescentar o trecho “no exercício profissic
 241 ressaltou o cuidado que o CFP deve ter nos casos de revisão/alteração de Resoluções e Notas Técnicas aprovadas em APAF, uma vez que são fontes prováv
 242 dos Conselhos Regionais, resultando em grande problema para a gestão. Sugeriu que a Minuta de Resolução seja aprovada como escrita na APAF e que o
 243 Técnica com as especificações apontadas, como forma de auxiliar os processos de fiscalização realizados pelos Conselhos Regionais. Ivani Francisco de Olivei
 244 de realizar reunião prévia com os Conselhos Regionais antes da publicação da Resolução. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho pensa ser importante que to
 245 Técnicas sejam debatidas pelo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Clarissa Paranhos Guedes pontuou que as Resoluções são aprovadas em AF
 246 Conselho Federal de Psicologia tem parcela de culpa nesta questão, pois em APAF houve a aprovação em bloco de diversas normativas. Maria Carolin
 247 comentou que há o risco de judicialização e citou um caso de associação da religião com a psicologia. Dirimidas todas as dúvidas, a Resolução foi homologa
 248 Plenário homologou a Minuta de Resolução sobre Laicidade e Psicologia, com as alterações incluídas pela GTEC. B) O CFP deve elaborar Nota Técnica sob
 249 orientar a categoria e auxiliar os processos de fiscalização pelos regionais. **Ponto 23. INCLUSÃO DA CONSELHEIRA ROSANA MENDES ÉLERES FIGUEIREDO**
 250 **QUILOMBOLAS (Processo Sei nº 576600012.000006/2021-51).** Fabiane Rodrigues Fonseca informou que a Conselheira Rosana Mendes Éleres Figueiredo de
 251 seu interesse em ser incluída como responsável pela comissão de especialistas na elaboração da Referência Técnica do CREPOP para atuação de p
 252 quilombolas, em conjunto com a Conselheira Fabiane Rodrigues Fonseca. A comissão encontra-se na fase de retomada das atividades na elaboração do cade
 253 envio do material para consulta pública e posterior publicação do material ainda no ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Destaca que há muitas demand
 254 conselheira integre a comissão. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo disse que há a proposta de realização de nova reunião. Clarissa Paranhos Guedes ponc
 255 de parceria, de fazer com que a comissão trabalhe com o intuito de que as referências sejam logo publicadas, pois a categoria está aguardando. O plenário
 256 Plenário aprovou a inclusão da Conselheira Rosana Mendes Éleres de Figueiredo como responsável pela comissão de especialistas na elaboração da Referên
 257 atuação de psicólogas junto aos povos quilombolas em conjunto com a Conselheira Fabiane Rodrigues Fonseca. **Ponto 24. INDICAÇÃO DE ESPECIALISTAS PA**
 258 **AD-HOC DE ELABORAÇÃO DA REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) EM POLÍTICAS PARA IDOSOS (Processo Sei nº 576600012.000025**
 259 Éleres de Figueiredo informou que a Comissão *ad hoc* de elaboração da Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em políticas para idosos atualme
 260 participantes: Paula Martins dos Anjos (MT), Priscila Albuquerque Monteiro (PA), Rute Maria Velasquez Santos (MG). Destaca que contávamos com a par
 261 Brito Dias (PE), porém a participante declinou do processo. Diante da saída da última participante citada, as Conselheiras Rosana Mendes Éleres de Figu
 262 Fonseca solicitam à plenária a inclusão de mais uma participante no processo de elaboração do caderno. Apresentaram dois nomes para a vaga remanesc
 263 inclusão de Dóris Firmino Rabelo na Comissão *ad hoc*. Caso ela não aceite, será convidada Hilma Tereza Tórres Khoury. Também foi aprovada a indica
 264 representante da região Sul. **Encaminhamento:** O Plenário aprovou a inclusão de Dóris Firmino Rabelo para compor a comissão de especialistas respoi
 265 Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em políticas para idosos. Caso Dóris não aceite o convite, convidar Joana Veras, como representante do
 266 **DE ESPECIALISTAS PARA COMPOR A COMISSÃO AD-HOC DE ELABORAÇÃO DA REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NO**
 267 **576600012.000013/2019-39).** Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro referiu que a Comissão *ad hoc* de elaboração da Referência Técnica para Atuação de
 268 composta atualmente por 5 (cinco) participantes: Márcia Mansur Saadallah (BH), Déborah Akerman (BH), Rita de Cássia Oliveira Assunção (SP), Vânia Baptis
 269 (PR). Contávamos com a participação de Verônica Morais Ximenes (CE), porém a participante declinou do processo. Diante da saída da última participante cit
 270 inclusão de mais uma participante no processo de elaboração do caderno. Maria Carolina ressalta que seria importante que a indicação fosse de mais ur
 271 esteja próximo do CREAS. Disse que a indicação foi feita pela Verônica Morais Ximenes do Ceará. Ponderou que a própria revisão precisa ser refeita, pois as e
 272 do CREAS já não são as mesmas de quando a referência técnica foi iniciada. Juliana de Barros Guimarães sugeriu que a comissão seja recomposta. Clarissa
 273 não vale a pena recompor a comissão, porque a escrita dessa referência está em fase de conclusão. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro acha que p
 274 indicação e revisar, mas se verificarem algum problema, que o ponto será pautado novamente para a plenária, e que é preciso finalizar a revisão, pois esta re
 275 publicada, então não é possível, neste caso, manter os critérios de composição da comissão. Carla Isadora Barbosa Canto frisou a importância de se manti
 276 regiões, que seja regionalizado e não se sente representada por esta referência, pois não há representatividade da região norte. Salientou a importância
 277 regionalidade nas próximas composições das comissões. Jefferson de Souza Bernardes indicou o nome de Nilton Santos, destaca que ele possui conhecime
 278 CREAS. **Encaminhamento:** O Plenário aprovou a inclusão de Nilton Santos para compor a comissão de especialistas responsáveis pela elaboração da Referên
 279 Psicólogas no CREAS. A indicação foi feita pelo conselheiro Jefferson Bernardes. **Ponto 26: INDICAÇÃO DE ESPECIALISTAS PARA COMPOR A COMISSÃO AD**
 280 **REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NO ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA (Processo Sei nº 576600012.000**
 281 Santos de Almeida pontuou que a comissão responsável pela elaboração da Referência Técnica para atuação de Psicólogas no Atendimento a Mulheres Víti
 282 necessidade de inclusão de mais uma especialista para auxiliar na escrita do caderno. A escrita do documento foi dividida inicialmente em 4 (quatro) capítulo
 283 necessidade de contar com a colaboração de mais uma participante que esteja atualmente trabalhando junto a movimentos sindicais ou pesquisador.
 284 condições de trabalho das psicólogas. Diante da demanda apresentada, a Conselheira Alessandra Santos de Almeida, coordenadora da comissão, solici
 285 convide a psicóloga Lígia Carolina Oliveira Silva para compor a referida comissão, podendo assim caminhar para o encerramento do texto e a realização da co
 286 possível. Comentou algumas ações que serão realizadas para que a referência técnica seja publicada brevemente. Pontuou que a indicação de Lígia Carolin
 287 conselheiro Antônio Virgílio Bittencourt Bastos. Procedeu à leitura do currículo. Não havendo mais indicações, passou-se ao regime de votação. Em votação
 288 Oliveira Silva foi aprovada. **Encaminhamento:** O Plenário aprovou a inclusão de Lígia Carolina Oliveira Silva para compor a comissão de especialistas resp
 289 Referência Técnica para atuação de Psicólogas(os) no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência. A indicação foi feita pelo conselheiro Antônio Virgílio Bi
 290 **DESIGNAR COLABORADORAS(ES) AD HOCs PARA CADA GT INTERNO (Processo Sei nº 57660003.000007/2023-77).** Camila Dias (GTEC) informa que os G
 291 do Conselho Federal de Psicologia são constituídos para finalidades específicas, quando há necessidade de aprofundar debates, desenvolver estudos, eli
 292 demandas oriundas do legislativo e do judiciário, dentre outras atividades necessárias. As atividades dos Grupos Internos de Trabalho do CFP têm carát
 293 consultivo. Os GTs internos acompanhados pela Gerência Técnica (GTEC) do CFP são: GT Emergências e Desastres; GT Alienação Parental; GT Tele
 294 Neuropsicologia; GT Reavaliação Psicológica na Lei 14.071; GT Uso de Instrumentos Psicológicos; GT Psicologia Ambiental e Relação Pessoa-Ambiente; GT
 295 Manuseio de Arma de Fogo; GT Novas Tecnologias (e-PSI); GT Desenvolvimento Infantil; GT Acupuntura; GT Avaliação do Risco Psicossocial no Trabalho; e G
 296 Psicossocial. Na 2ª (segunda) Reunião Plenária foram designadas as conselheiras para compor os GTs internos do CFP já existentes. Portanto, nesta ocasião,
 297 colaboradoras(es) *Ad Hocs* para cada GT Interno. Em seguida, foram mencionadas cada GT Interno, suas especificidades e características e o plenário foi in
 298 **Encaminhamento:** O Plenário aprovou a designação dos colaboradores *Ad Hocs*, abaixo relacionados, para compor os GT's Internos: **1. GT Emergências e I**
 299 convidadas; Alessandra Santos de Almeida também continuará no GT; Victória Gutierrez foi indicada, por Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, para compor o
 300 “pensar e propor incidência política sobre o tema”. O plenário sugeriu a aproximação com a Psicologia Ambiental. **2. GT Alienação Parental:** Mari
 301 coordenadora do GT; Clarissa Paranhos Guedes passará a compor o GT junto com a composição atual; O GT teve seu escopo de atuação ampliado
 302 Depoimento Especial; O GT mudará de nome, passando a ser: GT Infância, Adolescência e Justiça; O novo objetivo do GT será: realizar pesquisa para
 303 depoimento especial no sistema de justiça nas regiões do Brasil e pensar propostas de ações. **3. GT Teletrabalho no Judiciário:** Marina de Pol Poniwas e Cla
 304 compor o GT; Incluir o Conselheiro Evandro Moraes Peixoto; Verificar se as convidadas desejam continuar no GT. **4. GT Neuropsicologia:** Izabel Augusta Hazir
 305 do GT; Evandro Moraes Peixoto deve participar da composição do GT; Deve-se avaliar quais integrantes da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica - C
 306 GT; Incluir os seguintes representantes: Neander Abreu, Alessandra Seabra, Mônica Miranda, Nara Andrade e Ana Paula Almeida; Incluir no objetivo do GT
 307 de tensão entre Avaliação Psicológica e a Neuropsicologia, com posicionamento oficial sobre o tema. **5. GT Reavaliação Psicológica na Lei 14.071:** Lígia
 308 Alessandra Santos de Almeida (Novas Coordenadoras); Novos Integrantes: Renan da Cunha Soares Junior (Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN-MS), Fáb
 309 (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e Ingrid Luiza Neto (Universidade de Brasília), Ana Deyvis Santos Araújo Jesuíno (UNIFACEMA/ UFMA), Maria
 310 (CRP- MT). **6. GT Uso de Instrumentos Psicológicos:** Evandro Moraes Peixoto será o coordenador do GT; Manter a composição do GT; Pautar para a próxima
 311 não deste GT. **7. GT Psicologia Ambiental e Relação Pessoa-Ambiente:** Alessandra Santos de Almeida será a coordenadora do GT; Manter a composiç
 312 **Psicológica para Manuseio de Arma de Fogo:** Evandro Moraes Peixoto será o coordenador do GT; Nita Tuxá irá conversar com o Evandro Moraes Pei

313 indicações de nomes de psicólogas indígenas para integrar o grupo. **9. GT Novas Tecnologias (e-PSI):** Rodrigo Acioli Moura será o coordenador do GT; Man
314 **GT Desenvolvimento Infantil:** Izabel Augusta Hazin Pires será a coordenadora do GT; Marina de Pol Poniwas irá compor o GT; Não houve indic
315 **Acupuntura:** Jefferson de Souza Bernardes, Antônio Virgílio Bittercourt Bastos e Carla Isadora Barbosa Canto farão parte do GT; Consultar a Assessor
316 andamento do PL; Como primeira atividade, a Secretaria de Orientação e Ética – SOE deverá conversar com o CRP 06. Após este levantamento e conversa
317 pensar sobre sua continuidade. **12. GT Avaliação do Risco Psicossocial no Trabalho (revisão da Resolução 2/2022):** Antônio Virgílio Bittencourt Bastos :
318 Evandro Moraes Peixoto irá compor o GT; Manter a composição do GT. **13. GT Trabalho, Gestão e Saúde Psicossocial:** Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
319 Novos integrantes do GT: Bruno Chapadeiro; Jorge Falcão; Jairo Eduardo Borges Andrade; Luciana Mourão Cerqueira e Silva, Daiane Bentivi; Mary Sandra Ca
320 Gregghi Sticca; Roberto Cruz; Diogo Coque Seco-Ferreira, Sabrina Cavalcanti Barros, Lucimar dos Santos Reis, Magno Oliveira Macambira, Ivan Sant Ana Ra
321 **2023-2025: NOVA INDICAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO A CONVIDADA INDISPONÍVEL (Processo Sei nº 576600005.000012/2023-60).** Daniel Arruda (GRI) destaco
322 de março de 2023 (dois mil e vinte e três) Antônio Virgílio Bittencourt Bastos solicitou ao Plenário nova indicação de nome para integrar a Comissão de Direi
323 período 2023-2025, tendo em vista que a professora Maria Nivalda Carvalho (nome anteriormente aprovado pelo Plenário) agradeceu, mas declinou do c
324 indicação é Marcelo Afonso Ribeiro. Currículo resumido: Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1992), Licenciatura em Psicol
325 Paulo (1993), Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1998), Doutorado em Psicologia Social pela
326 (2004) e Livre Docência em Psicologia do Trabalho e das Organizações pela Universidade de São Paulo (2012). Atualmente é professor e pesquisador em Regi
327 Docência e à Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, onde é Coordenador do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CF
328 Universidad Del Valle (Colômbia), Université de Savoie (França) e no CNAM (Conservatoire des Arts et Métiers – França). Tem experiência na área de
329 Psicologia Social do Trabalho e das Organizações e Orientação Profissional e de Carreira, atuando principalmente nos seguintes temas: carreira, mundo
330 exclusão do trabalho, trabalho decente, carreira de populações vulneráveis no mundo do trabalho, trajetórias de vida de trabalho, identidade de trabalho, c
331 carreira, educação e informação profissional. É bolsista produtividade do CNPq – PQ-2. O Plenário anuiu. **Encaminhamentos:** O Plenário aprovou a indic
332 Afonso Ribeiro para compor a CDH, em substituição a Maria Nivalda Carvalho, que declinou o convite. **Ponto 29. CFP NO CNDH - ALESSANDRA ALMEIDA: IN**
333 **DA COMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE (Processo Sei nº 576600020.000053/2023**
334 Almeida informa que no dia 27 (vinte e sete) de março encaminhou pedido de pauta, por meio do FLUIR nº 350/2020, para dar informes sobre sua represent
335 de Direitos Humanos (CNDH), com as seguintes solicitações: "B- Pauta de Deliberação na próxima Plenária ou Reunião de Diretoria do CFP, Informes à plei
336 para representação nos GT's. Ações para o GT de pessoas em privação de liberdade sob a coordenação do CFP. Especificações das solicitações: Informes c
337 conselheiras/es/os para os grupos de trabalho. Formação da comissão de Pessoa em privação de liberdade." A conselheira fez os informes, ressaltando a
338 INDH- Instituição Nacional de Direitos Humanos. Informou como o CFP age na CNDH e que é preciso a indicação de nomes, até a próxima semana, para for
339 que o CFP ficou com a representação da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua. O plenário fez indicações para compor as Cor
340 ponderou que existem representações para as quais torna-se relevante que o assento seja ocupado por conselheira. Disse que está desconfortável com o
341 não sabe como as conselheiras que estão ausentes irão compreender as indicações. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho sugere que o plenário deve deleg
342 Almeida e Nita Tuxá as indicações e que estas indicações serão referendadas na próxima reunião plenária. **Encaminhamentos:** A) A conselheira Alessandra A
343 item "Levantar sugestões de ações para a Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade, cuja coordenaçã
344 técnicas/políticas. B) Realizar consulta ao plenário, por meio do formulário do Google, para que indiquem nomes para compor a Comissão Permanente do
345 Situação de Privação de Liberdade. C) Durante a discussão prévia, foram indicados os seguintes nomes: Privação de Liberdade: Alessandra Almeida (Titular
346 Nelson Gomes de Santana (UFPP) (indicação de Izabel Hazin) e Fernanda Otoni-Brisset (indicação Célia Mazza). Situação de rua: Rodrigo Acioli (Titular). Seg
347 (Titular). Defesa das Mulheres, da População LGBTI+: Cauê Assis (Titular) (indicação Jefferson). Direitos dos Povos Indígenas: Nita Tuxá (Titular). D) Após as i
348 Tuxá e Alessandra Santos de Almeida farão a lista final, esta deve passar pela aprovação da plenária. **Ponto 30. REGULAMENTAÇÃO DA POLÍCIA**
349 **576600034.000001/2023-32).** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho salientou que, diante das notícias recentes da articulação de setores para discutir a regulam
350 âmbito federal, deseja trazer a problematização do tema para o âmbito da autarquia, considerando suas relevantes contribuições sobre segurança pública. A
351 se deu com a promulgação da EC 104/2019, alterando os Arts. 21, 32, 144, da CF/1988. No entanto, as suas atribuições devem ser especificadas em lei
352 26/2022, na qual o Ministério da Justiça, ainda na gestão federal anterior, recomendou aos entes federativos a regulamentação da polícia penal. Por fim, d
353 federal sinalizou ter recebido demandas dos sindicatos dos policiais penais, com indicativo de atuação desses grupos corporativos também no Congresso N
354 mensagem: "Uma rede de organizações está iniciando uma articulação necessária para discutir a regulamentação da polícia penal. Esse tema foi apontado c
355 de transição do governo, Flávio Dino está vocalizando isso, o sindicato dos policiais penais está pressionando e o debate no governo e Congresso está m
356 atribuições desse cargo, se é carreira ou órgão, se é execução penal ou segurança pública. Nessa confusão, prevalece o pior, o corporativismo e a disputa d
357 sociedade civil precisa se qualificar na discussão e assumir um posicionamento antes do texto chegar ao congresso, antes que seja uma reação. Talvez até a
358 Para construir essa estratégia, estamos chamando uma reunião com algumas organizações que já atuam no tema da política penal, especialmente na priva
359 foi objeto da 2ª (segunda) Reunião de Diretoria do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia, realizada nos dias 13 (treze) e 14 (catorze) de janeiro de 2
360 e apresentado agora em plenária, sendo necessário eleger conselheira responsável por acompanhar o tema. Pedro Paulo ressalta que a demanda veio do C
361 – CNJ, que perguntou qual o posicionamento sobre a Polícia Penal. Pedro constatou que o CFP não tem posicionamento, e que se trata de tema que demar
362 que ele não tem este tempo no momento. Propôs que o tema de Segurança Penal ficasse sob a responsabilidade da conselheira Alessandra Santos de Alme
363 Grupo de Trabalho Interno para discussão. Mateus Castro (Crepop) indicou Pedro Pacheco para compor o Grupo de Trabalho Interno. O Plenário indicou l
364 Trabalho interno será denominado Grupo de Trabalho Interno de Psicologia e Segurança Penal. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho comporá o Gr
365 **Encaminhamentos:** A) A conselheira Alessandra Santos de Almeida foi indicada para acompanhar o tema de Segurança Penal, em substituição a Pedro Paul
366 CFP deve criar GT Interno sobre Psicologia e Segurança Penal. Inicialmente, foram indicadas as seguintes psicólogas para compor este GT: Márcia Badar
367 Gastalho de Bicalho e Pedro Pacheco. **Ponto 31. AMICUS CURIAE NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 7.265 (Processo Sei nº 57660003**
368 Taniguchi (CGEX) referiu que a Aspar foi provocada pela assessoria parlamentar do CRP-MG, no dia 16 (dezesseis) de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e
369 CFP em relação a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.265 proposta pela União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), perante o
370 (STF). A ação questiona os parágrafos 12 e 13, do art. 10 incluídos pela Lei nº 14.454/2022 à legislação, esta dispõe sobre os planos e seguros privados de as
371 a Lei nº 9.656/1998. Os dispositivos incluídos pela nova lei estabelecem "critérios que permitem a cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não
372 procedimentos e eventos em saúde suplementar, editado pela Agência Nacional de Saúde (ANS)". A matéria, de forma genérica, é objeto do monitorament
373 sobre o teor da lei, tratava-se do antigo PL nº 2.033/2022, que foi convertido na Lei nº 14.454/2022. O CRP-MG informa que foi procurado pelo Conselh
374 Terapia Ocupacional (COFFITO), bem como pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região (CREFITO-4) para requerer, conjunta
375 *Amicus Curiae* na aludida ADI. A Aspar compreende que a demanda merece ser apreciada pelas instâncias deliberativas do CFP, bem como acompanhada pe
376 pois o objeto da solicitação pode ter como resultado a atuação da autarquia federal em processo judicial. Pontuou que a incidência de *Amicus Curiae* é muit
377 vista de recursos humanos, pois diversas reuniões acontecem. Diante do exposto, o plenário deliberou ser preciso avaliar como a discussão está ocorrendo n
378 a discussão para o FCFAS. **Encaminhamento:** Avaliar como a discussão está ocorrendo na ANS e, se for o caso, pautar para o FCFAS. **Ponto 32. ABIPSI SOLIC**
379 **CFP FRENTE A MANIFESTAÇÕES RACISTAS CONTRA A REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NO XIX PLENÁRIO DO CFP (Processo Sei nº 576600005.000027/202**
380 que no dia 30 (trinta) de janeiro de 2023 (dois mil e vinte e três) enviou e-mail solicitando posicionamento do XIX Plenário diante de manifestações racistas d
381 contra a presença de uma representante indígena na nova gestão. Aponta que o coletivo de indígenas psicólogas considera a questão como denúncia d
382 demanda estratégias de ponderação e intervenção, e apresenta uma carta da ABPSI sobre o assunto. Considera que este tema deva ser discutido e
383 posicionamentos que foram feitos nas redes sociais. Ivani Francisco de Oliveira argumenta que este tema deve ser debatido no âmbito da CDH e que é pre
384 CDH avança no enfrentamento destas situações. Continua destacando que talvez seja interessante a aplicação do Termo de Ajustamento de Condução – T
385 de orientação mais direcionada. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho lembrou que foi realizado, no Conselho Federal de Psicologia, evento sobre o discurso de ó
386 resposta sobre como lidar com o discurso de ódio nas redes sociais, pois o tema está mobilizando a sociedade. Ponderou que a resposta ao pedido de pos
387 eventos a serem realizados, como o Acampamento Terra Livre, a posse da CDH, a plenária de indígenas psicólogas. Izabel Augusta Hazin Pires disse que é
388 haja efetividade das ações, é preciso considerar os limites jurídicos, limites quanto à liberdade de expressão. Juliana de Barros Guimarães pensa ser in
389 políticas no grupo formado pelo Governo Federal de combate ao discurso de ódio. Clarissa Paranhos Guedes acha que responsabilizar é importante, mas qu
390 Conselho Federal de Psicologia irá se posicionar, pois é instância recursal. Fabiane Rodrigues Fonseca acredita que é preciso traçar estratégia junto a GCOM
391 **Encaminhamento:** A) Rever a política de comentários nas redes sociais utilizada pelo CFP, de modo a evitar e reprimir o discurso de ódio. B) Propor para
392 afirmativas e reparatórias para o Sistema Conselhos para Combater as Violências Institucionais (Racismo, Sexismo, Capacitismo, entre outras). O segundo
393 encerrado às dezoito horas e vinte minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todas as presente
394

395 Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria n
396 que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 23/05/2023, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira(o) Suplente**, em 23/05/2023, às 20:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 23/05/2023, às 20:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 24/05/2023, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira Vice-Presidenta**, em 24/05/2023, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 24/05/2023, às 19:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 24/05/2023, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 25/05/2023, às 00:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Rodrigues Fonseca, Conselheira(o) Suplente**, em 25/05/2023, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 30/05/2023, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 13/06/2023, às 07:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 16/06/2023, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira(o)**, em 16/06/2023, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 16/06/2023, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 16/06/2023, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 17/06/2023, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Moraes Peixoto, Conselheira(o) Suplente**, em 17/06/2023, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 19/06/2023, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 22/06/2023, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira, Conselheira(o) Suplente**, em 22/06/2023, às 23:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 26/06/2023, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 27/06/2023, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1005289** e o código CRC **3563CA72**.